

JE MAIS TIC

Luís Vidigal:
“Não se consegue gerir o que não se conhece”

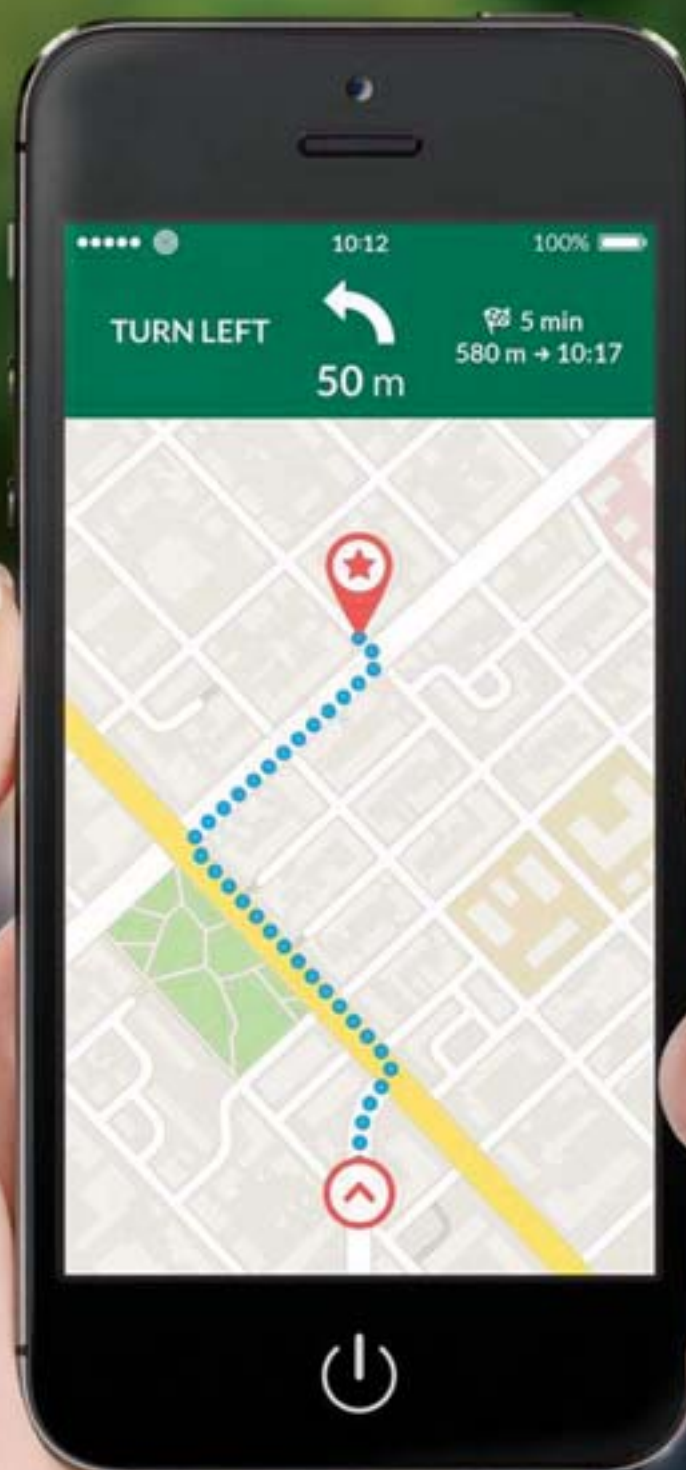
| PIV

Academia quer contribuir para o combate a emergências

| PII

Tecnologias ajudam a gerir o território

Os Sistemas de Informação Geográfica podem ajudar a mitigar os efeitos das catástrofes naturais e também tornar o dia-a-dia das pessoas mais fácil. Porque se há de cavar e tapar várias vezes o mesmo sítio para fazer obras de infraestruturas de esgotos, eletricidade ou telecomunicações? O cadastro universal pode ajudar as autarquias. A análise da propagação de incêndios ou de outras intempéries pode evitar consequências mais graves. As redes de transportes partilhados - bicicletas, scooters, automóveis - são outro exemplo do que se pode fazer para melhorar a vida dos cidadãos cruzando os SIG com sistemas de informação.



PROTEÇÃO CIVIL

Academia quer contribuir para o combate a emergências

O caso mais mediático poderá ser o do estudo sobre os incêndios de Pedrógão. Há múltiplas investigações em curso que podem ajudar no combate a emergências, em muitos casos com recurso a Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

MAFALDA SIMÕES MONTEIRO
mmonteiro@jornaleconomico.pt

No âmbito do projeto Wise, o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (INESC TEC) e a Tekever estão a desenvolver um “drone” que poderá vir a ajudar a ultrapassar problemas nas redes de comunicações de emergência, em caso, por exemplo, de incêndios ou cheias.

O projecto, que envolve um investimento de cerca de 180 mil euros, está em fase de desenvolvimento e o objetivo é existir um protótipo pronto no primeiro semestre de 2019, avançou fonte oficial do projecto ao Jornal Económico.

As duas organizações estão a trabalhar no âmbito do projeto Wise, uma solução de comunicações sem fios, baseada na utilização de “drones” como pontos de acesso “voadores”. Deste modo, o dispositivo poderá “estabelecer, reestabelecer e reforçar comunicações sem fios” de banda larga, em cenários de emergência.

Quando concluída, a solução poderá substituir ou complementar o método atual que passa pela “instalação de estações de base móveis temporárias que são suportadas em camião”. Além de ter “uma flexibilidade de posicionamento reduzida”, o método atual assenta “maioritariamente em ligações via satélite com custos elevados e limitações de largura de banda”, explica Rui Campos, responsável pela área de redes sem fios do Centro de Telecomunicações e Multimédia do INESC TEC.

Com a solução em desenvolvimento, será possível ajudar as equipas de emergência no terreno quer para as populações, mas também “alargar temporariamente a cobertura [de rede] a zonas remotas”.

O projeto Wise (junho 2016 a maio de 2019), no âmbito do qual está a ser desenvolvido este “drone”, é financiado por Fundos FEDER, através do COMPETE 2020, e por Fundos Nacionais através da



Regis Duwigau/Reuters

O projecto Wise envolve um investimento de cerca de 180 mil euros, está em fase de desenvolvimento e o objetivo é existir um protótipo pronto no primeiro semestre de 2019

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Sensores IoT na Quinta do Pisão

A Smart Forest, um dos vencedores do concurso Big Smart Cities, vai desenvolver a sua prova de conceito, que consiste na implantação de uma solução de prevenção de incêndios em Cascais.

A startup Smart Forest vai testar a sua solução de prevenção de incêndios em Cascais, a “primeira cidade experimental para startups”, anunciou a Vodafone em comunicado.

O projecto, que passará agora para uma fase de instalação de sensores IoT na Quinta do Pisão, foi um dos três vencedores, em Julho, do Big Smart Cities, um concurso de empreendedorismo

promovido pela Vodafone Power Lab e pela Ericsson.

O projecto piloto arrancou este fim-de-semana com a instalação de cinco equipamentos. Com a instalação de sensores IoT na Quinta do Pisão, a Smart Forest “vai recolher informações cruciais para a prevenção de incêndios, tais como os níveis de dióxido de carbono, humidade, força e direção do vento”. Os dados, depois de captados, são transmitidos pela rede móvel da Vodafone para um “gateway” que, através de um sistema de inteligência artificial, analisa e interpreta a informação, desencadeando alertas em caso de risco de incêndio.

Supercomputação ao serviço do combate a desastre naturais
O estudo tornou-se mediático no

início do mês, quando o Parlamento pediu para aceder ao relatório, na íntegra, realizado pela equipa de Xavier Viegas. Em causa estavam os casos concretos de cada uma das vítimas do incêndio.

No entanto, o estudo versou também sobre a análise dos padrões de propagação de incêndios. Há algumas semanas, antes do estudo se tornar mediático, o Jornal Económico esteve numa sessão de esclarecimento sobre supercomputadores (HPC), no qual o professor da Universidade de Coimbra, Pedro Alberto, referiu o trabalho em desenvolvimento por aquela equipa.

O coordenador do Laboratório de Computação Avançada da Universidade de Coimbra, explicou que para o desenvolvimento de parte da investigação sobre a propagação dos incêndios foi utilizado o supercomputador da universidade de Coimbra.

A supercomputação “permite estudar a propagação dos fogos através da utilização de meios sofisticados para o desenvolvimento de modelos”. “Foi um trabalho com alguma dimensão”, assinalou. Os resultados para já são “preliminares, mas já é um começo”, assinalou Pedro Alberto.

Os sistemas de supercomputação são bastante complexos e dispendiosos, em parte devido aos custos de manutenção e consumo de electricidade, pelo que têm de ser rentabilizados não só com o trabalho no seio da Universidade, mas através da distribuição da capacidade disponível por outros projectos.

Os supercomputadores, associados a software “bastante preciso” podem ajudar a prevenir alguns fenómenos naturais, ou a mitigar os efeitos de fenómenos imprevisíveis. “Não se conhece todas as leis da natureza, mas o que se conhece já é suficiente para colocar num algoritmo de computador”, explica.

“Depois de começarem, é possível prever os percursos de furacões” e assim que se detecta um terramoto pode antecipar-se o surgimento de tsunamis “com a antecedência suficiente para ajudar as populações”. ●



Dr. António Fernandes,
Diretor Geral da Município, SA

A relação da Informação geográfica com as cidades inteligentes

À questão se existe alguma relação entre informação geográfica e cidades inteligentes, só existe uma resposta possível: sim! Trata-se de uma relação indissociável, com exemplos que se cruzam connosco diariamente. Desde a utilização de aplicações nos telemóveis, com mapas e trânsito em tempo real, às plataformas eletrónicas de transporte, à recolha otimizada de resíduos sólidos urbanos, à disponibilidade de lugares de estacionamento, à iluminação pública inteligente, entre tantos outros exemplos, tornam inegável esta relação. Os exemplos de cidades portuguesas que estão a dotar estas tecnologias são variados, demonstrando que se trata de um tema na agenda dos municípios.

A relação da informação geográfica com as cidades inteligentes não é um tema novo. O processo de modernização administrativa e de desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica municipais, iniciado há mais de 20 anos, evidencia que o termo "smart cities" é atualmente uma "buzzword". No atual contexto de desenvolvimento tecnológico, associado à utilização de sensores, "smart devices", alojamento na "cloud", "machine learning", novas técnicas de

deteção remota (ex: LIDAR), ou integração BIM/CAD/GIS, a questão que se coloca não é se as cidades portuguesas vão aderir, mas qual o ritmo de adoção destas tecnologias.

Para apoiar e acelerar o desenvolvimento das cidades inteligentes através da disponibilização de informação geográfica, a Município disponibiliza um conjunto de soluções em vários domínios. No domínio da mobilidade, a Município disponibiliza dados Mapping para Portugal, desde os vulgares eixos de via e nomes de rua aos dados de tráfego. Sobre estes dados, e especificamente sobre a componente de dados de tráfego, é possível verificar que são dados provenientes de uma base que contém informação sobre todas as vias do país, com estatísticas relativas a perfis de velocidade e tempos de viagem, todos os dias da semana, todas as horas do dia, consultável por franja horária. Esta base de dados permite ainda obter o perfil de velocidade de cada 5 minutos do dia, agregando informação dos últimos 2 anos, ou velocidade ou fluxos e incidentes no trânsito em tempo real. A aplicabilidade no vetor mobilidade é variada e vai desde a otimização de circuitos

de transporte público de passageiros, ao cálculo de tempos de chegada a partir de uma localização definida, à identificação de "bottlenecks" relativamente a tráfego, à identificação de zonas de velocidade excessiva, à informação aos condutores em tempo real através de painéis, ou ao desenvolvimento de aplicações de localização de paragens de autocarro, parques e lugares de estacionamento ou de equipamentos de suporte com base na procura.

Também no domínio da mobilidade, a Município disponibiliza aos municípios uma solução de localização de viaturas. Trata-se de uma plataforma que permite a redução efetiva de consumos, através da mudança de comportamentos, planeamento mais eficaz das rotas e atribuição equitativa de tarefas por viatura e percurso. Esta solução permite uma gestão eficiente e em tempo real de toda a frota, com consultas consecutivas da posição e rotas das viaturas, e atualizações, em média, a cada 30 segundos. Permite ainda o acesso a alertas e relatórios com dados fiáveis sobre rotas, velocidades, quilometragens e perfis de condutores, incluindo a previsão de gastos, consumos e planea-

mento de rotas, de modo a torná-las o mais eficientes possível.

No domínio da aquisição de geodados massivos, a Município disponibiliza serviços de "mobile mapping", produzindo nuvens de pontos de alta resolução e precisão, combinadas com fotografias panorâmicas de alta resolução. A aplicabilidade dos levantamentos "mobile mapping" no vetor mobilidade vão desde o conhecimento rigoroso do estado de conservação das vias à gestão de ativos ou suporte ao planeamento urbano.

Assumindo a relação indissociável da informação geográfica com o desenvolvimento das "cidades inteligentes", é possível afirmar que a localização é uma dimensão integral dos dados nas cidades inteligentes, permitindo que a gestão do território e as decisões sobre o território sejam vistas através da geografia. Quer através das capacidades internas, ou integrando soluções dos nossos parceiros, acreditamos que a "inovação através da integração" é a melhor forma de acompanhar as tendências da tecnologia onde estamos presentes para suporte ao desenvolvimento das cidades inteligentes portuguesas.

ENTREVISTA **LUÍS VIDIGAL** presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI)

“Não se consegue gerir o que não se conhece”

Em entrevista ao Jornal Económico, o presidente da APDSI diz que é essencial investir em sistemas que geram informação.

MAFALDA SIMÕES MONTEIRO
mmonteiro@jornaleconomico.pt

O que são Sistemas de Informação Geográficos?

Os sistemas de informação geográficos integram dados espacialmente referenciados a um sistema de coordenadas conhecido, permitindo a análise, gestão ou representação do espaço e dos fenómenos que nele ocorrem.

De que modo é que podem contribuir par ao desenvolvimento do país?

Não se consegue gerir o que não se conhece. O território de Portugal não é conhecido em múltiplos aspetos, nomeadamente onde se localizam as propriedades e quem são os seus titulares. Portugal é um só, mas as instituições que atuam no território não partilham a informação georreferenciada que recolhem para os seus sistemas. Desde há muito que a APDSI defende a integração e a interoperabilidade de um conjunto de dados georreferenciados, totalmente públicos e abertos à sociedade e à economia e outros de acesso restrito, mas igualmente partilhados para contextos específicos.

Uma alegoria simples para perceber a vantagem dos sistemas de informação geográfica (SIG) integrados é poupar custos. Porque há de se cavar e tapar várias vezes no mesmo sítio para fazer obras de infraestruturas de esgotos, eletricidade ou telecomunicações?

Qual tem sido o trabalho desenvolvido pela APDSI nesta matéria?

Ao longo de mais de 10 anos, a APDSI tem chamado à atenção os sucessivos governos para a gravidade de sermos um dos únicos países da Europa, a par da Grécia, que não tem cadastro predial. Durante os próximos dias estão agendadas sucessivas reuniões com membros do Governo, para partilhar a nossa visão, manifestada na recente tomada de posição “Portugal é um só! Gestão Integrada da Informação do Território Português após os Incêndios de 2017”. Nesta tomada de posição, a APDSI manifesta a sua preocupação: com a dispersão e desintegração dos SIG e pela sua incapacidade em dar suporte

à atuação em caso de emergências.

Após a vaga de incêndios, assistiu-se a uma vaga de iniciativas e ações dispersas, voluntaristas, desintegradas e descentradas da resolução oportuna e sustentável dos problemas, sem preocupações de interoperabilidade e partilha de dados georreferenciados. A APDSI dispõe, há quase quinze anos, de um grupo permanente, atualmente denominado “Território e Urbanismo Inteligente”, composto por investigadores, académicos e profissionais de empresas do sector e de alguns organismos públicos. Foi no âmbito deste grupo que a APDSI lançou a sua tomada de posição e está neste momento a realizar um roteiro para a ação.

Qual é a vossa tomada de posição e qual é o roadmap de acção do grupo de trabalho da APDSI?

Deve existir um território e um urbanismo inteligentes, para o qual contribui o cadastro universal. A nossa proposta passa pela criação de um cadastro multifuncional, integrado semanticamente e baseado em dados abertos. Os dados georreferenciados, já disponíveis nos diversos SIG da administração central, regional e local e de todos os sectores regulados que interferem diretamente no território, deveriam convergir para que fosse possível ter finalmente um cadastro multifuncional com “layers” capazes de servir os vários propósitos.

O objetivo é identificar os donos dos terrenos, as passagens de cabos de energia, quem são os vizinhos, as zonas florestais, o gado que beneficia de subsídios, as regiões vinícolas, entre outros. Cada um destes conjuntos de informação passaria a ser um “layer”. A informação é pública, deveria fazer parte da estratégia de registo de propriedade.

Há ainda muito trabalho a fazer, a começar por uma “consolidação semântica” alinhada com a diretiva “Inspire” da União Europeia. A Anacom está a fazer um vasto cadastro de todos os recursos aéreos e subterrâneos de comunicações, federando os dados provenientes dos vários operadores.

A APDSI não propõe um modelo centralizado, mas um modelo federado de informação disponível na administração pública e nos sectores regulados.



D.R.

“

A APDSI não propõe um modelo centralizado, mas um modelo federado de informação disponível na administração pública e nos sectores regulados

Portugal está em incumprimento?

O cadastro universal deverá dar cumprimento à diretiva “Inspire” da UE, que especifica a interoperabilidade semântica para a troca de dados espaciais em todo o espaço europeu. Mas, o cumprimento da Diretiva Inspire está atrasado no nosso país. Actualmente, apenas Portugal e a Grécia, no universo europeu é que não têm o cadastro finalizado.

Quais são os motivos por trás deste atraso? Porque se mantém os sistemas fechados?

O cadastro nunca foi uma prioridade para os sucessivos governos, pois trata-se de uma medida estrutural que ultrapassa uma legislatura e não tem grande visibilidade política. Os próprios reguladores de telecomunicações, energia, águas e sanea-

mento e transportes, até há pouco tempo, davam muito pouca importância à integração de dados espaciais e à sua partilha entre os vários operadores. Só recentemente a Anacom iniciou um importante esforço nesse sentido, mas de forma independente do registo predial, da fiscalidade, da agricultura, do ambiente, etc.

Na sequência dos incêndios deste verão o trabalho dos poderes públicos acelerou?

O cadastro simplificado que está a ser feito atualmente é promovido pela Justiça e apresenta uma qualidade muito duvidosa, pois está demasiado centrado nos registos e notariado. Não é o suficiente.

Surgiu na sequência de uma fome de voluntarismo. O tratamento de dados espaciais não deveria ser da competência do Instituto de Registos e Notariados (IRN), mas sim da administração do território, com uma forte colaboração das autarquias e do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), a quem cabe gerir o “parcelário” agrícola, ou seja, trata-se do sistema mais atualizado da propriedade rústica, por imposição do controlo de subsídios da União Europeia.

Há motivos económicos subjacentes para não se avançar com um cadastro multifuncional?

Durante muito tempo pensou-se que seria uma tarefa demasiado dispendiosa, mas hoje sabemos que já não é tanto assim. Há uns anos, Augusto Mateus fez um estudo sobre a rentabilidade do cadastro e concluiu que qualquer euro investido neste sistema seria valorizado por cinco vezes. Tendo em conta que a análise tem algum tempo, e os preços dos sistemas baixaram, hoje a rentabilidade seria ainda maior.

Se todas as iniciativas convergirem, se os sistemas falarem uns com os outros de forma simplificada, a qualidade da informação sobre o território português aumentava significativamente, Os vários níveis da administração pública, os ministérios e os sectores regulados deveriam federar os respetivos sistemas entre si, por forma a disponibilizar informação rigorosa, pertinente e atempada para a tomada de decisão em situações de normalidade e de crise. ●



Nguyen Huy Kham/Reuters

CIDADES INTELIGENTES

Cidadãos começam a recorrer a veículos e casas partilhadas

As novas formas mobilidade, alternativas aos meios convencionais, identificam cidades inteligentes. Plataformas de partilha de alojamento ganham expressão.

MAFALDA SIMÕES MONTEIRO
mmonteiro@jornaleconomico.pt

Bicicletas, motos, automóveis partilhados. São novas alternativas para a mobilidade, em particular nas grandes cidades. As bicicletas partilhadas da EMEL chegaram a Lisboa durante o Verão, as scooters da eCooltra no início do ano. Outras regiões já têm igualmente equipamentos deste tipo, como é o caso de Leiria que acaba de disponibilizar uma solução para os estudantes do Politécnico.

“Os sistemas de transporte convencionais (autocarros, metropolitano comboio) e todas estas novas iniciativas de sistemas de transportes partilhado (bicicletas, scooters e automóveis) são ofertas que se complementam e combinam, e será certamente por essa via que as pessoas irão reduzir a sua necessidade de transporte individual na cidade”, assegura Luís Natal Marques, presidente da EMEL.

Entre polémicas de dados roubados e de questões jurídicas relacionadas com a inovação do projecto, também a Uber, um serviço de transporte de pessoas em carros particulares, que funciona graças a uma aplicação, se vai afirmando. Os Estados-membros “podem regulamentar as condições de prestação desse serviço” nesse âmbito. Em reacção a esta tomada de posição, fonte oficial

da Uber refere que “esta decisão não vai mudar a situação na maioria dos países da União Europeia onde já operamos de acordo com as leis de transporte”. A mesma fonte assinala que, apesar desta situação, “milhões de europeus ainda estão impedidos de usar aplicações como a nossa. Como o nosso novo CEO referiu recentemente, é necessário regular serviços como a Uber e por isso vamos continuar o diálogo com as cidades em toda a Europa”.

Entretanto, as bicicletas estão a ganhar mais adeptos. Se por um lado o aumento das vias dedicadas e partilhadas tem vindo a aumentar, também as plataformas partilhadas têm vindo a surgir.

É o caso do projecto “Gira” da EMEL, em Lisboa, e do U-Bike, em Leiria. “A Gira, no contexto da cidade de Lisboa, pretende afirmar-se como mais uma opção de mobilidade que os seus residentes e visitantes (trabalhadores ou turistas) têm para responder às suas necessidades”, diz Luís Natal Marques. A EMEL está igualmente aberta a estabelecer parcerias com outros operadores e meios de transporte, considerando o objectivo final de disponibilizar uma experiência única de mobilidade aos seus clientes”.

As scooters também já se veem por todo o lado na cidade. Em Leiria, a operação U-Bike “também quer contribuir para a promoção

de comportamentos favoráveis à redução da utilização do transporte individual motorizado nas comunidades onde se inserem os seus pólos” refere informação disponibilizada pelos promotores da iniciativa. “Outro objectivo é tornar mais atrativos os seus “campi” com a redução da pressão dos veículos motorizados”. Além disso, quer contribuir para a valorização das “respetivas regiões com a promoção de mobilidade mais amigável do ambiente”

20% dos europeus aluga casa através de plataformas online

As plataformas de partilha de alojamento através da Internet, entre as quais a Aribnb será a mais mediática, já são utilizadas por um em cada seis cidadãos da UE. A informação foi avançada esta semana pelo Eurostat que assinala ainda que 8% das pessoas reservaram serviços de transporte através da internet.

Segundo a Eurostat, 17% das pessoas na União Europeia conseguiram encontrar alojamento (quarto, apartamento, casa, etc.) junto de outros particulares, através de web sites e apps de outros. A maioria deles utilizou aplicações ou sites dedicados, mas outros sites e aplicações (como redes sociais) também contaram com a sua quota parte na facilitação dessas actividades. Estes serviços peer-to-peer integram a chamada economia colaborativa ou partilhada. ●

BREVES

Potes de barro valem vitória em concurso de sustentabilidade

A equipa Phoenix, do Indian Institute of Technology Roorkee, foi a vencedora da sétima edição do “Go Green in the City”, concurso promovido pela Schneider Electric. A competição, dirigida a estudantes internacionais, visa encontrar soluções de energia inovadoras para cidades inteligentes. O projeto de Raja Jain e Nimisha Gupta, está alicerçado no aproveitamento das propriedades de arrefecimento da água mantida em potes de barro.

A prática é usada há muito tempo na Índia para ajudar a arrefecer quartos e valeu a vitória na sétima edição do concurso integrado num programa gerido pelo fabricante. A competição é dirigida a estudantes internacionais promovendo o desenvolvimento de soluções inovadoras para cidades inteligentes.

Para 24 estudantes finalistas, distribuídos por 12 equipas, os três dias de imersão nas insta-

lações do fabricante, representaram o resultado do investimento pessoal ao longo de vários meses.

Cada equipa semi-finalista foi orientada por um trabalhador do fabricante e este contribuiu, não só com conhecimentos técnicos, mas também deu conselhos sobre a gestão de projetos e preparação para apresentação ao júri final. Além de apresentarem os seus projetos, as 12 equipas participaram em sessões de trabalho e apresentações das atividades do fabricante.

Os vencedores, Raja Jain e Nimisha Gupta, receberam uma viagem para uma visita a duas instalações da empresa e com oportunidades de construir uma rede de contactos profissionais com colaboradores e gestores sénior.

Os outros finalistas terão a oportunidade de participar numa entrevista de recrutamento e receber aconselhamento para entrevistas futuras. ●

Solução da NEC com certificação Fiware

A NEC Europa obteve a certificação da FiWare Foundation para a Cloud City Operation Centre (CCOC), a sua solução destinada à gestão de cidades inteligentes ou smart cities. Esta fica certificada como “Powered by Fiware”, em conformidade com as normas tecnológicas abertas da iniciativa, de que o fabricante é membro fundador.

A aprovação quer dizer que a CCOC deverá facilitar o desenvolvimento de novas aplicações em múltiplos setores verticais. A Cloud City Operation Centre, que Lisboa está em vias de implantar, serve para gerir informação em grande escala.

Suporta a recolha de informação de contexto proveniente de fontes muito diferentes e muito distribuídas, tais como utilizadores, redes de sensores e todo o tipo de sistemas de informação, incluindo redes sociais.

Ao processar os dados abre

caminho à realização de ações automatizadas, incluindo previsões e prescrições. A partir daí pode permitir a rápida provisão de serviços municipais, o que, por sua vez, pode reduzir o volume de trabalho nos centros de monitorização.

José Luis Maté, chief technological officer (CTO) para a área de serviços públicos da NEC Europa, recorda que o fabricante acredita na abertura e colaboração e que “não existe melhor representação desses valores do que a FiWare”.

Esta é uma iniciativa para a promoção de tecnologias de informação com normas não proprietárias. Tem a missão de construir um ecossistema aberto e sustentável em torno de normas públicas, isentas de royalties e orientadas à implementação de plataformas de software para o desenvolvimento de aplicações inteligentes em múltiplos setores. ●

SCOOTERS PARTILHADAS

E Cooltra quer crescer com sustentabilidade

Em 2018, a empresa vai reforçar a presença nas cidades em que já se encontra: Lisboa, Barcelona, Madrid e Roma.

MAFALDA SIMÕES MONTEIRO
mmonteiro@jornaleconomico.pt

A eCooltra é um serviço europeu de partilha de scooters que conta actualmente com mais de 3000 veículos distribuídos por quatro cidades: Barcelona, Madrid, Lisboa e Roma. Em 2018, a empresa pretende continuar a crescer nas zonas e nos países em que já se encontra, porque “é muito importante gerir o crescimento de forma sustentável”, assinala Cristina Míguez, CMO da eCooltra. O serviço “está agora centrado em melhorar a experiência do cliente e consolidar-se nas cidades onde se encontra”, acrescenta.

Globalmente, diz a empresa, estão registados cerca de 200 mil utilizadores, a sua maioria com entre 18 e 35 anos de idade.

A Cooltra utiliza uma plataforma tecnológica desenvolvida à medida por fornecedores externos. É o caso de soluções tecnológicas desenvolvidas em parceria com o centro tecnológico português especializado em aeronáutica, automação e mobilidade, CEiiA. É o caso da parte tecnológica do veículo e da App, que otimiza a “gestão e funcionamento do serviço e au-



mentando a experiência do utilizador”. É através da app que o utilizador reserva, utiliza e paga o serviço. As scooters, totalmente elétricas, incorporam tecnologia de geolocalização, comunicações e uma unidade lógica – computador de bordo – que regula o seu funcionamento. Em caso de roubo (que ainda não aconteceu, segundo os responsáveis) é emitido um alarme.

Para utilizar basta descarregar a aplicação no smartphone, registar-se, proceder às autenticações necessárias e dirigir-se à scooter mais próxima. No veículo existem dois capacetes. Tal como outros servi-

ços de partilha, os utilizadores não têm de se preocupar com a manutenção dos equipamentos, apenas pagam pelo tempo que utilizam podendo estacionar em qualquer lugar, “desde que se cumpram as normas de estacionamento da cidade”, disse Cristina Míguez.

O maior desafio deste serviço foi a criação de uma nova categoria: “scootersharing”, que era “até agora, desconhecida do grande público. Mas, pouco a pouco, estamos a crescer e o nosso sistema de mobilidade está a consolidar-se como um complemento ideal na vida dos nossos clientes”, assinala a CMO. ●

INTEGRAÇÃO

BI4ALL e Pitney Bowes conjugam georreferenciação e BI

A BI4ALL e a Pitney Bowes firmaram uma parceria para fornecer às organizações, do mercado português e do sul da Europa, soluções de business intelligence conjugadas com sistemas de georreferenciação.

O acordo envolve a incorporação de um sistema de informação sobre localização numa solução de BI para possibilitar, às organizações, a capacidade de compreender relações complexas entre locais e dados existentes.

O objetivo é poder facultar suporte a decisões, tendo por base perspectivas mais aprofundadas, enriquecidas com dados de localização.



JOSÉ OLIVEIRA
CEO da BI4ALL

As empresas acreditam que isso servirá para potenciais clientes solucionarem problemas, fornecerem serviços com base no local, ou gerir ativos.

Mais concretamente, entre potenciais benefícios está aquele especialmente interessante para as cidades inteligentes: o de ganhar capacidade para aumentar a satisfação e o envolvimento de cidadãos. Mais, para as empresas, a solução poderá ajudar a determinar o local adequado para o negócio, aperfeiçoar a avaliação do seguro de risco ou reduzir o custo de um ativo face ao seu ciclo de vida. ●

BREVES

Olisipo promove cursos da Olisipo Learning

A Olisipo colocou em promoção 11 cursos disponibilizados pela nova unidade de negócio, Olisipo Learning. Os cursos decorrem até fevereiro de 2018. Entre a oferta disponível

estão formações em comunicação e feedback, certificações STQB, Cisco, preparação para exames diversos, programação em base de dados Oracle, redes, cibersegurança ou DevOps. ●

Município quer ajudar ordenamento do território

A Município visa dar resposta às necessidades de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções SIG. Uma das recentes iniciativas da empresa foi a divulgação de novos avisos provenientes do Portugal 2020, com vista ao

apoio a projetos que contemplem a implementação de medidas de eficiência energética nas infraestruturas e equipamentos existentes da Administração Local, nomeadamente em Sistemas de Iluminação Pública. ●

Smart Community Florestal nasce no Norte do País

Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega (AFEDT), com o apoio da Esri Portugal, criou, no início do ano, uma plataforma para partilha de informação geográfica sobre espaços florestais. A GeoForest é

uma plataforma colaborativa para a visualização e exploração de informação geográfica relativa aos espaços florestais e visa criar “verdadeiras Comunidades Florestais Inteligentes”. ●

Projeto europeu promete gestão florestal sustentável

MySustainableForest é o nome da iniciativa que envolve 11 entidades europeias num projeto de gestão florestal sustentável. Esta iniciativa tem como objetivo integrar tecnologia e ferramentas de observação da Terra na gestão florestal, para fomentar uma utilização mais sustentável dos recursos. Inserida no

Horizonte 2020, estão envolvidas no projecto a multinacional tecnológica?GMV?com a sua filial no Reino Unido e a The Navigator Company, entre outras. Um dos pontos centrais deste plano é o programa Copernicus de observação e monitorização da Terra, liderado pela Comissão Europeia. ●





MOBILIDADE SUAVE

Rede Gira aumentou e vai continuar a crescer no início do próximo ano

A disponibilidade do serviço de bicicletas foi alargada para 43 estações e o tempo de utilização em dois passes foi aumentado

MAFALDA SIMÕES MONTEIRO
mmonteiro@jornaleconomico.pt

A rede Gira de bicicletas partilhadas, em Lisboa tem, desde o último fim-de-semana, novas estações no Saldanha e na Avenida Fontes Pereira de Melo.

Ao todo, são agora 409 bicicletas, dois terços das quais electricamente assistidas, colocadas à disposição dos utilizadores na cidade. A rede engloba agora 43 estações (Alameda dos Oceanos, Praça Duque de Saldanha, avenidas Fontes Pereira de Melo, António Augusto de Aguiar, Duque de Ávila, da República, Barbosa Du Bocage e do Brasil e ainda Campo Grande).

“Nos primeiros meses de 2018

prevemos que a rede de estações chegue às zonas do Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Baixa da cidade, bem como a Teijeiras e à Frente Ribeirinha. Será também densificada (com mais estações e mais bicicletas) na zona de Alvalade (incluindo a Cidade Universitária), Avenidas Novas e Arroios onde já funciona ao dia de hoje”, antecipa o presidente da EMEL, Luís Natal Marques, ao *Jornal Económico*.

Após o piloto que decorreu durante o Verão o projecto arrancou comercialmente a 19 de Setembro. Desde esta data, foram registadas mais de 26 mil viagens e subscritos “mais de 2400 passes anuais”, disse o presidente da EMEL. As bicicletas fornecidas pela Órbita integram

uma solução tecnológica desenvolvida pela Tekever, a More (model once run everywhere). Além do mais, integra com “mapas da Google e pretendemos a integrar com a plataforma WAZE, garantindo assim uma experiência de utilizador totalmente mobile e web-based”, explicou Natal Marques.

A EMEL faz um “balanço bastante positivo da iniciativa”, comprovado pelo “crescente número de viagens por dia”, relacionada não apenas com o incremento do número de bicicletas e estações, mas pelo “aumento do número de viagens que cada bicicleta faz por dia”, explica Luís Marques. Também a “avaliação que os utilizadores fazem das suas viagens, atribuindo um valor médio de 4,6 estrelas”.

Ao longo do tempo têm vindo a ser identificados aspectos a melhorar quer pela EMEL quer pelos utilizadores, que se consubstanciam em “pequenas correções e melhorias, tanto ao nível do hardware (bicicletas e estações) como do software (sistema de gestão e App)”.

Com apenas seis meses de existência, incluindo a fase piloto, os maiores desafios prendem-se, no entanto, com a “aprendizagem sobre os fluxos e padrões de utilização”, assinala o responsável. “Garantir a disponibilidade de bicicletas para iniciar viagem e docas livre para terminar viagens em cada uma das estações é um desafio que a operação deste sistema de transportes tem para responder”.

Tarifários ajustados

A empresa comercializa passes nas versões Anual e Mensal para utilizadores frequentes residentes em Portugal. O passe diário é vocacionado para turistas e para quem pretende experimentar o sistema sem compromisso. Aos valores dos passes, acrescem períodos com tarifários de utilização que têm como objetivo promover a realização de viagens pendulares.

A auscultação dos utilizadores parece estar a produzir mudanças. É o caso da redução do período de espera entre viagens que passou agora de 15 para cinco minutos, para os utilizadores regulares (passes anual e mensal). Também para estes dois passes, o tempo do primeiro período do tarifário aumentou de 30 para 45 minutos, assinalou o presidente da EMEL. Como forma de premiar os primeiros subscritores do serviço, a empresa vai alargar a isenção de pagamento do primeiro período de viagem por mais 3 meses, até ao final de março de 2018.

No caso do passe diário e como forma de potenciar a experimentação do sistema, o valor de subscrição baixou de 10 para dois euros por 24h até 31 de março e inclui o primeiro período de 45 minutos; o segundo período terá um valor de dois euros. O tempo de espera entre viagens baixou também para cinco minutos, em vez dos anteriores 30 minutos.

Vandalismo é marginal

Questionado sobre a resistência dos equipamentos e sobre o comportamento cívico das pessoas, Luís Natal Marques explicou que “as bicicletas e as estações/docas são bastante robustas e construídas para uma utilização intensiva”. A empresa aposta também, para garantir a fiabilidade do sistema, na “manutenção, preventiva e correctiva”. Finalmente o presidente assinala que “os episódios de vandalismo são muito pontuais e são sempre prontamente resolvidos pela operação/manutenção”. Em caso de roubo, “as bicicletas têm GPS e serão localizadas e recuperadas se necessário”.

BREVES

Unilever renova frota automóvel com mais de 200 unidades

A Unilever vai renovar a sua frota automóvel com mais de 200 novos veículos fornecidos e geridos no âmbito de um contrato com a Volkswagen Financial Services. Em comunicado, a marca diz que o cliente procura uma “gestão mais eficiente do conjunto”. Este é um dos maiores negócios de 2017 de gestão de frota automóvel, em Portugal. “Estamos empenhados na sustentabilidade e competitividade das nossas atividades, pelo que procuramos parceiros capazes de nos disponibilizar ofertas distintivas e que sejam criadoras de valor”, comenta Baão Paulo, responsável pela frota da Unilever Jerónimo Martins. A frota será reforçada com veículos Seat, marca do grupo Volkswagen. As primeiras unidades já foram entregues, estando previsto o fornecimento das restantes ao longo das próximas semanas e durante 2018. ●

ALD e Microsoft parceiras na mobilidade inteligente

A ALD Automotive e a Microsoft celebraram um acordo de parceria para o desenvolvimento e comercialização de uma plataforma de TI para suporte a soluções de mobilidade sustentáveis. O sistema previsto assentará nas capacidades de cloud computing da plataforma Azure (Microsoft) e nas soluções de inteligência artificial para veículos e cidades inteligentes da Microsoft. A ALD empresta a experiência de negócio e de mercado no ecossistema de mobilidade, por forma a gerar novas oportunidades, experiências, produtos e serviços. Com o suporte da Microsoft, a ALD Automotive pretende conceber e desenvolver soluções de forma a fornecer “pacotes de serviços de mobilidade inteligente”. Soluções incluem projectos e plataformas de partilha de veículos (“carsharing”), serviços de mobilidade agrupada e flexível, opções de pagamento e telemática digital. ●

RESOLVA PROBLEMAS À DISTÂNCIA

REDUZA CUSTOS COM **REALIDADE AUMENTADA**

Registration - AB Test

16	0	1.6 %
0	14	



COLABORAÇÃO
EM TEMPO REAL

FUNCIONAMENTO
MÃOS-LIVRES

ASSISTÊNCIA
TÉCNICA REMOTA



NEXTREALITY

HELLO@NEXTREALITY.COM | (+351) 217 960 505

WWW.NEXTREALITY.COM

NEXTREALITY IS AN IT PEOPLE GROUP COMPANY

